

2019

# Boletim Conjuntural

## Terceiro Trimestre

ANO IV



**Potencial do Ceará para a economia brasileira - Fernando Cirino Gurgel**

**Agronegócio: os desafios da fruticultura na produção de banana no Cariri Cearense - Fábio Régis de Albuquerque**

**Verdades e limites da liberdade econômica - Lauro Chaves Neto**

**A quem incomoda a contribuição sobre transações financeiras? - Luís Eduardo Barros**

**Globalização e Riqueza: Eficiência na Criação e Disfunção na Distribuição – Luiz Alberto Esteves**



Boletim Conjuntural  
Conselho Regional de Economia  
CORECON CE  
Terceiro Trimestre de 2019  
ANO IV

**Organizadores**

Izabel Christina de Carvalho Colares Maia  
Ricardo Eleutério Rocha

**Articulistas**

Fernando Cirino Gurgel  
Fábio Régis de Albuquerque  
Lauro Chaves Neto  
Luís Eduardo Fontenelle Barros  
Luiz Alberto Esteves

## SUMÁRIO

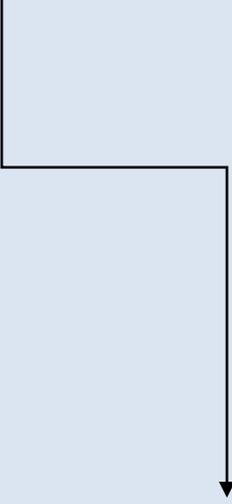
Apresentação.....	3
Potencial do Ceará para a economia brasileira.....	4
Agronegócio: os desafios da fruticultura na produção de banana no Cariri cearense .....	11
Verdades e limites da liberdade econômica.....	17
A quem incomoda a contribuição sobre transações financeiras?.....	19
Globalização e Riqueza: Eficiência na Criação e Disfunção na Distribuição.....	21

## APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia – Corecon-Ce apresenta a terceira edição do Boletim Conjuntural de 2019. De periodicidade trimestral, o Boletim teve início no ano de 2016 e publica artigos que tratam de temas conjunturais e estruturais da economia nacional e internacional, do Nordeste e do Ceará.

Nesta terceira edição do ano de 2019 são apresentados cinco artigos: *Potencial do Ceará para a economia brasileira*, assinado pelo empresário e economista Fernando Cirino Gurgel. O empresário Fábio Regis de Albuquerque é autor do artigo intitulado *Agronegócio: os desafios da fruticultura na produção de banana no Cariri cearense*. O professor e conselheiro do Conselho Federal de Economia Lauro Chaves Neto assina o artigo *Verdades e limites da liberdade econômica*. O economista Luis Eduardo Barros apresenta o artigo *A quem incomoda a contribuição sobre transações financeiras?* Luiz A. Esteves, economista chefe do ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, é autor do artigo *Globalização e riqueza: eficiência na criação e disfunção na distribuição*.

Vale salientar que o Boletim Conjuntural é um espaço plural que acolhe artigos de articulistas de diferentes correntes de pensamento econômico. Como de praxe, a posição dos articulistas não se confunde com a posição institucional do Conselho. Boa leitura.



**FERNANDO CIRINO GURGEL**

ECONOMISTA, EMPRESÁRIO, DIRETOR PRESIDENTE DA DURAMETAL S/A, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC NO PERÍODO DE 1992 A 1999. É AUTOR DO LIVRO “AVANÇO SOLIDÁRIO O REFLEXO DO ESPÍRITO DA PARCERIA”.



***"Potencial do Ceará para a economia brasileira"***

A visão do empresariado cearense a respeito do cenário econômico em que se encontra o Brasil, é de que estamos vivendo um momento de ajuste prementes para que a economia nacional possa oferecer respostas adequadas. Os problemas não serão resolvidos com uma “varinha de condão”, é preciso tempo para que o país comece a respirar novamente. O empobrecimento da população e as desigualdades sociais foram alguns dos índices que aumentaram gradativamente ao longo desse período. Enquanto há setores que ganham milhões, alguns outros ganham mil e outros sequer conseguem sobreviver de forma digna. Isso se deve, ao que se pode chamar de “saco sem fundo” em que se tornou a máquina governamental, que ficou maior do que a capacidade contributiva da população.

Minha visão é que as coisas estão evoluindo para o caminho da construção de uma solução, onde passaremos a ser uma sociedade mais igualitária. O país está necessitando de uma economia pujante, para que seu mercado interno seja fortalecido, assim como se pode observar na China, que hoje tem cerca de 1 bilhão e 400 milhões de habitantes, dos quais 300 milhões foram inseridos no mercado, com poder aquisitivo. Enquanto isso, no Brasil de uma população de cerca de 200 milhões, provavelmente esse número deve

beirar apenas 15%, ou seja, 30 milhões de habitantes, ou 10% do mercado chinês com poder aquisitivo.

É preciso investir na educação superior e no público mais jovem para que o filho do rico e do pobre tenham as mesmas oportunidades e direitos à educação. Penso que o mais importante é colocar pessoas confiáveis, qualificadas, comprometidas e capazes dentro do mercado de trabalho e na máquina pública para que a economia do país futuramente possa vir a gerar bons frutos e conseqüentemente, melhora em seus índices de desenvolvimento e competitividade.

Em se tratando de Ceará, nosso estado possui um potencial de crescimento extraordinário. Deus foi muito generoso com nosso estado, provendo-o de uma incidência solar invejável e um potencial eólico que está entre os melhores do planeta. Esta oportunidade que temos, que para mim é um verdadeiro tesouro, se bem aproveitada nós podemos gerar energia limpa e barata, de fonte eólica e solar e promover o desenvolvimento do Ceará de uma forma mais adequada. Para isso é fundamental que racionalmente, aproveitemos estes dois potenciais que temos em mãos. Nosso grande problema, historicamente falando, é a falta de água. Ora, se nós temos as bacias do Jaguaribe, Pirangi, Pacoti, Cocó, Rio Ceará e Acaraú, se próximo à costa se fizer um pequeno barramento e oferecer o tratamento adequado a essas águas, fazendo com que elas retornem de forma utilizável para a agricultura e para a população, resolverá nosso problema e a teremos nas manchas verdes das terras férteis do Estado, mantendo o homem do campo com dignidade, como exemplo podemos citar o baixo Jaguaribe, que possui o Tabuleiro de Russas e a Chapada do Apodi. Senhores, a Chapada do Apodi poderá representar um celeiro em termo de produção de grãos, e fruticultura. Já possuímos o canal do trabalhador, no município de Itaiçaba existe um pequeno barramento que faz com que a água siga em direção ao canal do trabalhador e a Chapada do Apodi. Muito já se foi gasto com adutoras para que a população não morresse de sede, se houver um plano bem traçado, pode-se deslocar as pessoas que estão em áreas com poucas chances de provê-las de água que é um insumo essencial para a sobrevivência humana e animal,

vamos deslocá-las para priorizar as áreas com potencial de serem irrigadas e de produção, dando condições dignas de sobrevivência a essa população.

Uma das alternativas é a utilização da água do mar, do qual o nível atinge o barramento de Itaiçaba. Então, se obtivermos água já no baixo Jaguaribe, após Itaiçaba, bombeá-la e oferecer um tratamento de forma adequada, sem agredir o meio ambiente teremos uma solução espetacular para que todo o baixo Jaguaribe, Tabuleiro de Russas, Chapada do Apodi e o entorno do Rio Jaguaribe seja aproveitado, sendo esta uma área bastante significativa e servindo de exemplo para as demais bacias que acabei de citar.

Tomando como exemplo as regiões secas, hoje em dia, com energias mais baratas consegue-se instalar alternativas renováveis em toda a faixa do litoral, e com isso levar água do mar, dessanilizando-a e fazendo com que chegue ao interior, própria para consumo. O estado possui duas bacias hidrográficas dos rios Cocó e Ceará que colocam nossa água diretamente no mar mas que estão comprometidas com a presença de dejetos dos esgotos, é necessário que haja um tratamento dessa água para que num futuro ela possa voltar na contramão, sem problema algum, desaguando no Castanhão que pode ser considerado um “grande pulmão” das águas. Com essa ação, por exemplo, essa água pode chegar até a Chapada do Apodi, para o baixo Jaguaribe e no Tabuleiro de Russas onde existem boas terras, nas quais podem se desenvolver o cultivo do camarão, a fruticultura e inúmeras opções de riqueza, tendo um fator importante: a sustentabilidade. Em contrapartida dos produtores dessas regiões começam a agregar valor nesses produtos.

No litoral oeste do estado, próximo a região de Acaraú, possuímos um aquífero riquíssimo, a grande vegetação de coqueiros faz com que os produtores da região direcionem investimentos para água de coco industrializada mas sem que esta perca sua qualidade original, então a tática é: produzir água de coco de ótima qualidade para o mercado interno e externo, pois do coco pode aproveitar diversas partes como a água, casca e etc. de forma sustentável.

O Ceará tem um ótimo potencial para fazer com que a indústria passe a ser competitiva novamente, vejamos o exemplo do caju, do qual a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) desenvolveu tecnologias de desenvolvimento do cajueiro-anão precoce, e mecanizando esse processo, pode tornar nossa indústria competitiva novamente.

Nosso estado nos últimos trinta anos, adotou uma política fiscal adequada, que controlou suas despesas. No entanto não saímos de uma vergonhosa participação de 2% em relação ao PIB nacional. Sendo assim, vale salientar que a renda média da população cearense é, infelizmente, a metade da média nacional e 50% abaixo da linha de pobreza, então, chegarmos na média nacional. Se conseguirmos chegar na média nacional já seria magnífico, porém o ideal seria superarmos essa meta e sairmos da mesmice. Para isso, é preciso buscar uma sociedade mais participativa que saiba enxergar e estabelecer melhor suas prioridades.

Na gestão governamental de Tasso Jereissati, o estado teve um período muito equilibrado no que diz respeito às suas finanças, aprendendo a administrar a escassez, consolidando assim, uma cultura de equilíbrio financeiro, que no cenário atual, está se esvaindo. Somente com a retomada desse equilíbrio, conseguiremos sair da situação vexatória em que o estado se encontra nesse momento.

O Ceará, perante os demais estados pode se dizer que vive uma situação de certa forma privilegiada. Por exemplo: os estados do Rio Grande do Sul, riquíssimo, mas que teve uma péssima administração durante vários anos, Rio de Janeiro que desde o governo de Leonel Brizola que disseminou um populismo altamente prejudicial e Minas Gerais que colhe os frutos da politicagem e irresponsabilidade.

Apesar do cenário apresentado, devemos ser otimistas, pois ainda há esperança e o Brasil está evoluindo, já no que diz respeito às reformas necessárias para uma estabilidade financeira, acredito que o rombo maior é de fato o da previdência, em seguida deve acontecer a aprovação da reforma tributária, o país só conseguirá mudanças significativas passo a passo,

definindo suas prioridades. O grande problema da tributação não é sua cobrança em 10, 20 ou 30% e sim a taxa de retorno que é baixíssima se comparada a receita arrecadada.

**REFORMA PREVIDENCIARIA, TRIBUTARIA E POLÍTICA** - Falo em reforma política porque acho que não tem o menor sentido termos eleições de dois em dois anos, não é um processo saudável para o país, pois é “um ano de trabalho e um ano de campanha”.

Porque não sincronizar isso? Porque os políticos não querem? Pois eles são uma parte mínima da população. Outra solução é estimular a exportação, reduzindo assim a taxa de tributos embutida nos produtos.

O Brasil tem uma necessidade de fortalecer sua economia para que haja crescimento do mercado interno. Não há país forte com o mercado interno fraco. É fundamental que tenhamos uma política cambial consistente para que possamos atuar no mercado internacional com maior segurança. A variação cambial nos tira deste mercado com muita frequência.

Voltando a falar do Ceará, o turismo é uma vocação natural em nossa economia, mas enfrenta grandes problemas, tanto de infraestrutura, e também no que diz respeito à segurança.

Outro ponto que a meu ver não foi tão positivo para nosso estado, foi a construção de três grandes hospitais nas regiões Norte, Central e Cariri. Obviamente que há a necessidade de hospitais para atender a demanda da população, mas seria muito mais viável e o gasto de manutenção muito menor se fossem construídos hospitais menores em diversas regiões. A melhor alternativa seria: hospitais menores, mas com profissionais extremamente qualificados para atender as demandas que venham a surgir deslocando a demanda mais complexa para Fortaleza.

No Ceará, hoje existem a instalação de três grandes *hubs* que são considerados uma espécie de resgate para a economia do futuro, são eles o aéreo, portuário e de comunicações, três grandes eixos que pretendem mudar um pouco do perfil do estado no âmbito de transportes marítimos em parceria

com o Porto de Roterdã, o aéreo em parceria com a Fraport (empresa alemã). O mais visível e com um retorno mais imediato, com certeza é o hub aéreo, do Aeroporto de Fortaleza e com isso, o aumento do número de turistas em nosso estado.

Um ponto que merece bastante atenção é a melhoria contínua que está havendo quando se fala de segurança, com a mudança de gestão já se percebe uma diferença considerável. O Aeroporto de Fortaleza caiu em boas mãos e irá gerar um bom retorno, em contrapartida temos que acolher e aproveitar o potencial, não só com o acolhimento de turistas mas também com o transporte de cargas, viabilizando as cadeias produtivas. Pode-se dizer que o hub aéreo então é o primeiro ponto nessa recuperação da economia cearense.

O segundo ponto é o investimento em mão-de-obra qualificada, nisso temos instituições como o SEBRAE, SENAI e SESC como aliados, formando profissionais preparados para lidar com os avanços tecnológicos, no Brasil a estrutura de comunicação ainda é muito falha, futuramente em uma média de 10 anos, provavelmente nossas comunicações serão realizadas através de satélites, enquanto não ocorre isso, é o momento de atrair os olhares para o nosso potencial. O Ceará tem a vantagem competitiva e quanto ao setor portuário, os holandeses adentraram ao mercado nos transportes marítimos, fiquemos atentos para que isso não seja utilizado como reserva de mercado, esse setor precisa ser explorado, nosso potencial estratégico é gigantesco.

Devido a localização estratégica, o estado do Ceará tem muito o que ganhar com a exploração do Porto do Pecém, como a chegada dos navios panamax com capacidade para 15 mil containers e o Pecém está adequado para navios desse porte, dando um impulso grande à nossa economia.

Outros fatores que podem estar relacionados a uma presença tão baixa do PIB é o baixo índice de internacionalização das empresas cearenses. Parte disso se deve ao fato de que o produto manufaturado brasileiro perde competitividade por conta da permanente oscilação cambial, o que gera uma insegurança muito grande para os investimentos focados na exportação. É

necessária uma política de exportação que seja consistente para que os empresários estrangeiros tenham confiança para investir no nosso país.

Para finalizar, há um otimismo com relação a economia cearense e nacional, claro que a passos curtos mas já estivemos pior. Penso que daqui a 1 ou 2 anos, estaremos talvez em um caminho mais virtuoso e a economia poderá finalmente avançar em seus resultados.

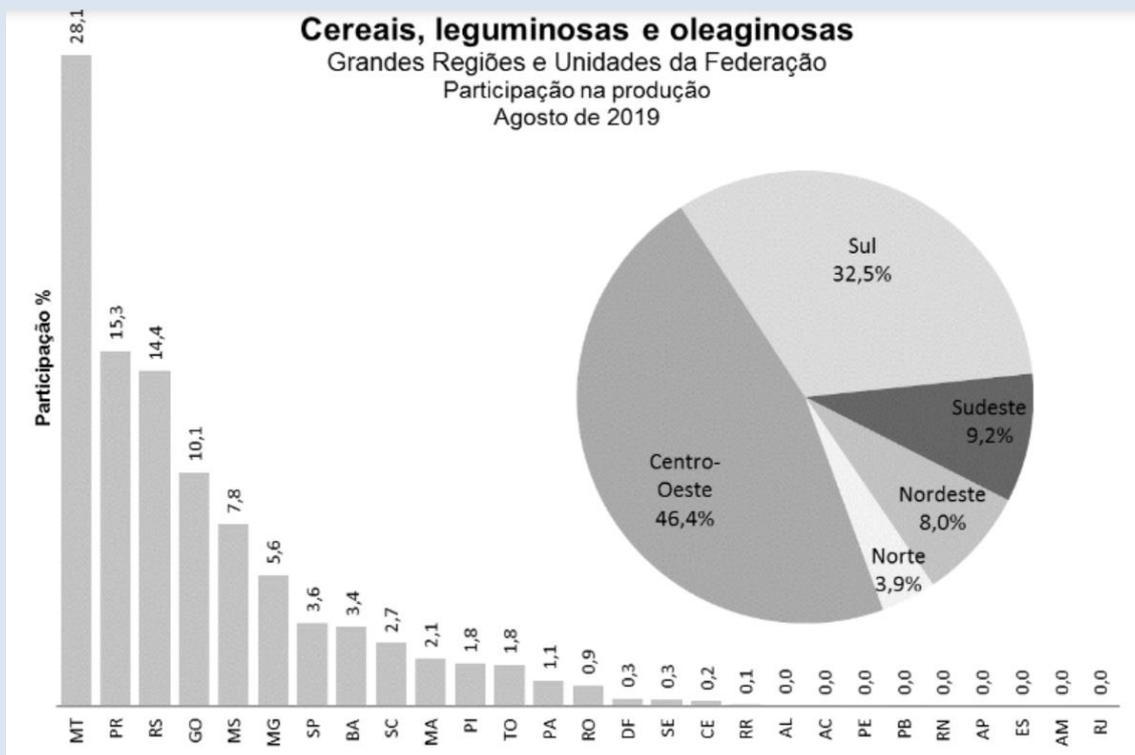
O Ceará tem uma gigantesca força de crescimento em diversos segmentos, estamos a passos lentos, investindo e finalmente conseguindo um crescimento considerável em várias áreas. A exemplo disso, o retorno dos profissionais que vão estudar em outros estados ou países mas vendo uma perspectiva de retorno para o estado de origem. Para isso, é essencial que a relação entre a academia e o mercado se estreite ainda mais, a primeira precisa ter o foco em qualidade e não em quantidade e o mercado, por sua vez se beneficia dos bons profissionais para seu crescimento.



**FÁBIO RÉGIS DE ALBUQUERQUE**  
BACHAREL EM ENGENHARIA AGRONÔMICA  
PELA UFV, EMPRESÁRIO E DIRETOR  
PRESIDENTE DO SÍTIO BARREIRAS EM MISSÃO  
VELHA – CE.

***“Agronegócio: os desafios da fruticultura na produção de banana no Cariri cearense.”***

O Agronegócio tem apresentado resultados relevantes a balança comercial brasileira, quando aferiu resultados expressivos nos últimos anos, conforme publicado pelo Governo Federal. Segundo o IBGE, por exemplo, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, deve bater novo recorde em 2019, com produção estimada em 239,8 milhões de tonelada, 5,9% maior do que a safra de 2018. O Centro-Oeste aparece como maior produtor do Brasil, com 46,6%, seguido do Sul e Sudeste com 32,5% e 9,2%, respectivamente.



**FONTE:** IBGE <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br> – Acesso em 10 set. 2019.

Neste contexto, a fruticultura se destaca, pela utilização da tecnologia nos processos produtivos, que vem alavancando a produtividade por hectare plantado, identificação de pragas no estado inicial, além do controle na utilização de defensivos químicos, com o intuito de minimizar os impactos no meio ambiente. A produção de frutas é geradora de emprego e renda, além de estimular hábitos alimentares saudáveis.

A produção mundial de frutas tem apresentado crescimento exponencial, devido ao elevado número de espécies cultivadas, considerando as aptidões de cada região, bem como seu clima, distância dos mercados consumidores, incentivos fiscais e política de proteção fitossanitária.

Segundo dados das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, a produção de frutas gira em torno 609 milhões de toneladas, tendo como principais produtores a China, Índia e Brasil, respectivamente, que juntos representam 43,6% da produção mundial. Boa parte desta produção é para consumo interno. FOA (2014), patamares que se mantêm até hoje.

No Brasil, são muitas as regiões que apresentam vocação e vantagens competitivas para produzir frutas. São aproximadamente trinta polos produtores, espalhados por todas as regiões, abrangendo cinquenta cidades. A Região Nordeste se destaca, pela produção e exportação de frutas tropicais. Podemos destacar a produção de uva em Pernambuco, laranja na Bahia, melão e melancia no Rio Grande do Norte, abacaxi na Paraíba e banana na Região do Cariri cearense. Segundo o IBGE, a laranja, a banana e o abacaxi são as principais frutas produzidas e consumidas, elas representam 67% da produção realizada pela fruticultura brasileira.

O Estado do Ceará, em específico, surge neste cenário, como destaque no ranking nacional. As exportações de frutas frescas saltaram de menos de dois milhões de dólares, para mais de cento e dez milhões em menos de quinze anos, segundo a ADECE – Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. Atualmente, o Ceará é o terceiro maior exportador de frutas do Brasil, com saídas realizadas pelo Porto do Pecém, que o torna campeão de exportação de frutas do Brasil, representando quase 50% de toda exportação no País. O melão é o campeão, que é, inclusivo, a fruta mais exportada do Brasil.

Além disso, o Estado produz diversas variedades de frutas regionais tais como ciriguela, cajá, jaca, ata, cajarana, graviola, que não são acompanhadas, impossibilitando a formatação de dados estatísticos pelo IBGE, contudo, possui potencial para a produção irrigada de abacate, citros, goiaba, manga, melancia, uva e banana, esta última, com destaque para a produção no município de Missão Velha.

O Ceará possui cerca de 90 mil hectares irrigados, dos quais 38,4 mil hectares são frutíferas, atingindo 43% da área potencial, calculada em torno de 200 mil hectares, segundo o Prof. Ms. Em Economia Rural, Fabiano da Silva da Universidade Federal do Cariri. O Cariri cearense, segunda a PROCEAGRI – Programa Cearense de Agricultura Irrigada, é um polo de irrigação constituído por oito municípios, com 20 mil hectares de área irrigável, dos quais, 6 mil são de frutas como banana, goiaba, manga, uva, hortaliças e flores tropicais.

Neste cenário, a banana tem papel de destaque na economia do Cariri Cearense, com uma área plantada em torno de 2.000 hectares irrigados, formado por pequeno (10%), médio (30%) e grande (60%) produtores. A irrigação localizada por microaspersão, a nutrição vegetal e a fertirrigação, aliado a utilização de composto orgânico no cultivo da banana, constituem-se num diferencial competitivo, garantindo qualidade superior da fruta, além de estimular hábitos alimentar saudáveis.



**Foto 01:** Reservatório da Água de uma plantação modelo, com poços outorgados pela COGERH

Com produção perene, o cultivo da banana gera 1.500 empregos diretos, e 1.000 indiretos na região do Cariri cearense. O clima surge como um forte aliado, com temperaturas que variam de 18° a 26°, de dezembro a março, clima quente e semiárido, com estação chuvosa de curta duração e precipitações médias anuais de 700 mm.

Pode –se, ainda, citar como pontos fortes, o solo com último perfil de profundidade, textura e nutrição e a proximidade do mercado consumidor.

Como prontos fracos, a permanência de técnicas rudimentares de cultivo da banana e falta de conhecimento técnico do pequeno produtor.

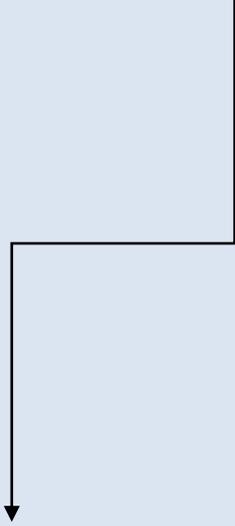
A utilização da tecnologia no processo produtivo, possibilita um considerável aumento da produtividade. Atualmente, são produzidos em média, 20 ton por hectare das variedades prata (90%) e nanica (10%). A produção é comercializada no mercado do Cariri (40%) e nas redes de supermercado (60%) das principais capitais do Nordeste.



**Foto 02:** Área de cultivo da Banana Prata em uma propriedade modelo, com microaspersão.

Apesar dos bons resultados aqui apresentados, a fruticultura da nossa região, enfrenta alguns problemas que retarda o desenvolvimento do setor. A falta de incentivos governamentais, a ausência de assistência técnica especializada ao pequeno produtor e a proibição da pulverização aérea – Lei 16.820/2019 Ceará - das áreas devidamente regularizadas, contribuem para este estado de coisa. O Ceará é o único Estado da Federação que proibiu a pulverização aérea.

Diante do exposto, identifica-se que ainda há muito a ser feito, para se garantir uma produção de frutas de forma sustentável, com respeito ao meio ambiente e responsabilidade social, de maneiras a garantir emprego e renda, bem como a fixação do homem no campo.



**LAURO CHAVES NETO**  
CONSULTOR, PROFESSOR DOUTOR DA  
UECE E CONSELHEIRO DO CONSELHO  
FEDERAL DE ECONOMIA.



### ***“Verdades e limites da liberdade econômica”***

O Senado aprovou a Medida Provisória 881/2019, conhecida como MP da Liberdade Econômica, e a enviou para sanção presidencial. A exacerbada polarização política brasileira faz com que tivéssemos em um lado defensores como se a mesma fosse ser o eixo da recuperação econômica e no outro extremo aqueles que a classificavam como uma medida inócua. Nem tanto ao mar e nem tanto a terra.

A retomada do crescimento econômico, no Brasil, depende de um conjunto de fatores, dentre eles ocupa destacada posição a melhoria no ambiente de negócios, especialmente em um país de tradição cartorial, cujos excessos dificultam o empreendedorismo. Porém é imprescindível um Estado Forte na regulação e na defesa da sociedade, como uma atuação efetiva das Agências Reguladoras e do CADE. Eliminar ou enfraquecer a regulação indiscriminadamente, sem o devido debate, pode submeter a sociedade e as empresas a maiores riscos e incertezas

Vários trechos que haviam sido incluídos pelo relator da comissão mista, foram retirados. A preocupação era de que as mudanças contrariassem a proibição do Supremo Tribunal Federal (STF) de inclusão de temas estranhos em medidas provisórias, conhecidos como "jabutis". Entre as alterações

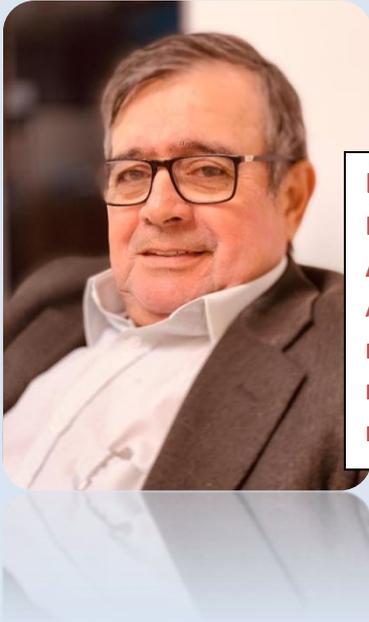
retiradas na Câmara estão a isenção de multas por descumprimento da tabela de frete e mudanças nas regras de farmácias, por exemplo.

Outras mudanças que têm relação com os trabalhadores foram aprovadas pelo Senado. Uma delas é a criação da carteira de trabalho digital, com os registros feitos no sistema informatizado do documento. O texto aprovado também altera o Sistema de Escrituração Digital de Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), além de simplificar procedimentos de registro de empresas em juntas comerciais.

Em relação aos prazos para obtenção de licenças, alvarás e quaisquer outras liberações pelo poder público, a medida determina que seja informado um prazo para análise do pedido. Se depois de passado o prazo não houver manifestação, o pedido será considerado atendido. Isso se aplica somente aos órgãos federais, exceto se houver delegação para estados e municípios ou se o ente federativo decidir seguir a regra.

A MP possibilita a superação de obstáculos, como a redução de exigências para a entrada de pequenas e médias empresas no mercado de capitais e a isenção de licenças para empresas que exerçam atividades de baixo risco, independentemente, do porte, facilitando a entrada de novos players em diversos setores, estimulando a concorrência, os investimentos e a atividade econômica.

Nossa Constituição tanto garante a livre iniciativa como atribui ao Estado brasileiro a função normativa e reguladora da atividade econômica, permitindo não só a melhoria do ambiente de negócios como a proteção do interesse público e dos direitos da sociedade. Devem ser fortalecidos tanto o instrumento da Análise do Impacto Regulatório (AIR) como a Lei das Agências Reguladoras.



**LUÍS EDUARDO FONTENELLE BARROS**  
ECONOMISTA (UFC), MESTRE EM  
ADMINISTRAÇÃO (UFMG), COM MAIS DE 40  
ANOS DE EXPERIÊNCIA NO MERCADO,  
ESPECIALMENTE NA ÁREA FINANCEIRA, GESTÃO E  
PLANEJAMENTO, TENDO ATUADO COMO  
EXECUTIVO E COMO CONSULTOR INDEPENDENTE.

### ***“A quem incomoda a contribuição sobre transações financeiras?”***

O empoderamento recente do Congresso, no encaminhamento e votação da Reforma da Previdência e na discussão da reforma tributária, sinaliza uma inflexão na tratativa histórica da crucial necessidade de reformas para a recuperação da economia brasileira. Para nossa satisfação, os congressistas estão imprimindo velocidade à questão, sendo a PEC 45 discutida por iniciativa da Câmara e a PEC 110 por iniciativa do Senado. Além disso, os secretários de Fazenda construíram uma proposta conjunta para o imposto sobre o consumo, com um até hoje impensável consenso. Falta o Ministro da Economia finalmente apresentar sua proposta que, já admite, poderá ser consolidada com as demais.

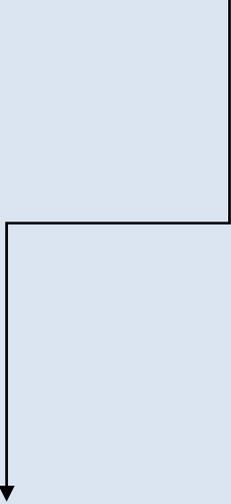
Nesta, para nossa surpresa, a maior reação negativa consiste na proposta de substituir a contribuição patronal ao INSS pela contribuição sobre transações financeiras. Ora, num país com um desemprego colossal, uma proposta de desoneração da folha de pagamentos das empresas parece ser o ideal para estimular tanto o aumento da formalização das relações de trabalho como para a contratação de novos empregados ao diminuir seu custo direto. Como o orçamento público já está deficitário, a eliminação de uma fonte de recursos exigirá sua substituição por outra, o que parece ser aceito por todos.

A questão é qual tributo ser acrescentado ou aumentado para suprir os recursos da Previdência?

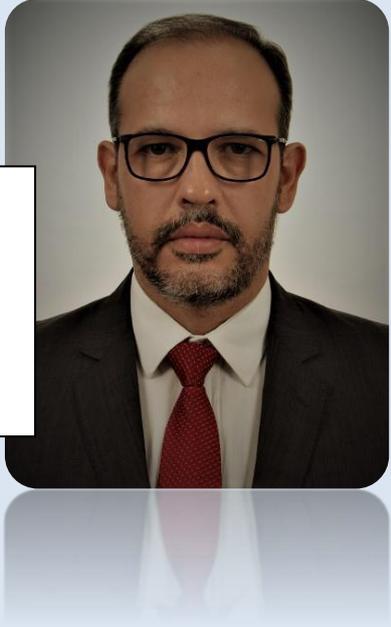
Neste particular, considero a proposta do Ministro da Economia de estabelecimento de uma contribuição sobre transações financeiras a mais adequada. De um lado, porque não conflita com as tratativas em curso referentes à tributação de consumo e renda. Por outro lado, é um tributo que atinge todos os que movimentam dinheiro – recebendo ou pagando – fazendo com que mesmo setores privilegiados tenham que dar sua contribuição para a aposentadoria. A alíquota sugerida da ordem de 0,22% não constitui um perigo de acumulação danosa, mesmo considerando as cadeias produtivas longas. Paralelamente, penso que a imposição de um valor mínimo para isenção da tributação dispensaria os mais pobres desse ônus, cujo foco seriam as transações acima desse valor. Não consigo ver falhas nessa lógica!

A questão, portanto, é saber por que tantos setores estão incomodados, incluindo nesse rol importantes economistas? Não consideram que esse custo vale a pena para estimular a geração de empregos? Se tanto precisamos gerar empregos não seria o melhor que todos dessem sua contribuição para isso?

Temo que o problema real seja a velha intenção de manutenção de isenções seculares mancomunada com divergências ideológicas. Tudo sem a devida atenção ao real interesse público.



**LUIZ ALBERTO ESTEVES**  
DOUTOR EM ECONOMIA (UNIVERSIDADE DE SIENA, ITÁLIA), ECONOMISTA CHEFE DO ETENE - ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – BNB E PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFPR.



**“Globalização e Riqueza: Eficiência na Criação e Disfunção na Distribuição”**

Parece haver um consenso de que o processo de globalização - impulsionado pela maior integração econômica entre regiões e países e pela substancial redução de custos logísticos, de comunicação e de mobilidade - proporcionou maior eficiência econômica e maior produção de riqueza como um todo. Os avanços tecnológicos foram surpreendentes, principalmente com o advento da internet e seus desdobramentos para vários setores, especialmente no segmento da tecnologia da informação e da comunicação.

Contudo, antes mesmo da virada do século, a globalização já acumulava muitos opositores entre os países emergentes e nos países em desenvolvimento. Isso parecia um contrassenso, pois um número gigantesco de pessoas ascendeu das condições de pobreza e de vulnerabilidade econômica para as classes médias destes mesmos países. Hoje em dia, o *pool* de descontentes é ainda maior, pois inclui uma fração não negligenciável da população do mundo desenvolvido. O referendo do *Brexit* – a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) - no ano de 2016 talvez tenha sido, até o presente momento, a evidência mais clara deste descontentamento no mundo desenvolvido.

Há uma compreensão cada vez maior de que a insatisfação contra a globalização decorre de seu efeito concentrador. Essa percepção tem alcançado inclusive organismos internacionais. Em um seminário realizado este ano pelo FMI, a economista chefe daquela instituição, Gita Gopinath, destacou a necessidade de que a próxima onda de globalização deva ser mais inclusiva e, conseqüentemente, menos frustrante. De fato, para muitos analistas, tal frustração tem inclusive deteriorado a qualidade das instituições democráticas de países com históricos de instituições sólidas e robustas.

Outro ponto: o faturamento de algumas das modernas corporações da economia digital supera inclusive a arrecadação tributária de países ricos. Isso significa que tal poder econômico possa ser capaz de influenciar de forma decisiva as “regras do jogo” que moldam o ambiente de negócios das economias capitalistas. Portanto, grandes corporações podem usar seu poder econômico para obtenção de poder político, de forma a influenciar as “regras do jogo”, garantindo assim mais poder econômico, que proporcionará mais poder político e ainda maior capacidade de influenciar as “regras do jogo” e assim por diante, num ciclo vicioso.

Um mundo com corporações desproporcionalmente maiores, mais ricas e mais poderosas que Estados Nacionais parece ser o cenário econômico mais provável para as próximas décadas. Como já mencionado, a globalização tem se mostrado um mecanismo alocativo bastante eficiente para a criação de riqueza e valor. Contudo, muitas das “regras do jogo” têm sido distorcidas, alterando a forma de apropriação desta riqueza, inclusive por meio de incentivos perversos, concentradores e destruidores de valor. Um dos maiores desafios para os economistas nas próximas décadas será o de identificar disfunções em Instituições e nas “regras do jogo”. Muitas delas deverão ser reformadas de modo a proporcionem os incentivos adequados para a produção e, principalmente, para a apropriação do valor a partir de uma perspectiva mais inclusiva.